



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2017.0000271031

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 1113189-08.2015.8.26.0100, da Comarca de São Paulo, em que é apelante HELTON DE SOUZA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelada PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: Negaram provimento ao recurso. V. U., de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores CESAR LACERDA (Presidente), DIMAS RUBENS FONSECA E CESAR LUIZ DE ALMEIDA.

São Paulo, 20 de abril de 2017.

Cesar Lacerda
Relator
Assinatura Eletrônica

Voto nº 29.026
APELAÇÃO Nº 1113189-08.2015.8.26.0100
COMARCA: SÃO PAULO
APTE.: HELTON DE SOUZA
APDA.: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
JUIZ: GUSTAVO COUBE DE CARVALHO

**Seguro obrigatório. Ação de cobrança. Autor que não comparece à perícia médica a ser realizada no IMESC. Ausência de justificativa capaz de afastar a preclusão da prova.
Recurso não provido.**

A respeitável sentença de fls. 223/224, cujo relatório se adota, julgou improcedente a ação de cobrança de indenização securitária ajuizada por Helton de Souza contra Porto Seguro Cia de Seguros Gerais.

Inconformado, apela o autor. Sustenta, em síntese, a ausência de intimação pessoal para comparecimento na perícia médica, haja vista o recebimento por pessoa estranha à lide. Alega, ainda, que justificou seu não comparecimento, tendo em vista a ocorrência de problemas de cunho pessoal.

Recurso regularmente processado, com resposta.

É o relatório.

O recurso não comporta provimento.

Trata-se de ação de cobrança em que o autor pleiteia o recebimento de indenização securitária em razão da existência

de invalidez permanente decorrente de acidente de trânsito.

No caso concreto, o mandado de intimação do autor para comparecer à perícia médica foi direcionado ao seu endereço indicado na inicial, bem como seu patrono foi intimado pela imprensa oficial, portanto o autor foi efetivamente intimado.

No mais a explicação oferecida pelo recorrente sobre impossibilidade de comparecer na perícia, ante a ocorrência de problemas de cunho pessoal, foi bem rejeitada pelo juiz a quo, eis que não constitui justificativa apta para afastar a preclusão da prova pericial.

Conclusivamente, as razões recursais não se mostram aptas a infirmar as conclusões da respeitável sentença recorrida, que conferiu adequada solução à lide.

Diante do exposto, nega-se provimento ao recurso.

CESAR LACERDA
Relator